

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

Projeto de Cooperação Técnica BRA/IICA/13/001
Projeto de Desenvolvimento do Setor de Água - Interáguas - MI

Plano Diretor de Agricultura Irrigada para o Distrito Federal

RELATÓRIO DO SEMINÁRIO SOBRE O DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DA AGRICULTURA IRRIGADA DO DF E A CONSTRUÇÃO DE CENÁRIOS



Fevereiro/2018



QUADRO DE CODIFICAÇÃO DO RELATÓRIO

<i>Código do Documento:</i>	1559-R-PLD- PAR-01-00			
<i>Título do Relatório:</i>	Plano Diretor de Agricultura Irrigada para o Distrito Federal Relatório do Seminário sobre o Diagnóstico da Situação da Agricultura Irrigada do DF e a Construção de Cenários			
<i>Aprovação Inicial por:</i>	Adejalmo Figueiredo Gazen			
<i>Data da Aprovação Inicial:</i>	06/02/2018			
<i>Controle de Revisões</i>				
<i>Revisão n°:</i>	<i>Natureza</i>	<i>Aprovação</i>		
		<i>Data</i>	<i>Nome</i>	<i>Rubrica</i>
00	Emissão Inicial	06/02/2018	Adejalmo Figueiredo Gazen	

SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE - MAGNA ENGENHARIA LTDA

ISO 9001

PRÊMIO QUALIDADE RS 2007
(Medalha de Bronze)

PROGRAMA DA QUALIDADE QUE PARTICIPA



Para outras informações sobre a MAGNA consulte o Website www.magnaeng.com.br



ÍNDICE



ÍNDICE

1 APRESENTAÇÃO	2
2 ESTRUTURA DO SEMINÁRIO	4
3 ELEMENTOS RELEVANTES CONDICIONANTES DO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA	6
4 ELEMENTOS CONDICIONANTES CITADOS PELOS PARTICIPANTES	8
4.1 CONDICIONANTES LEGAIS	8
4.1.1 Dificuldades de acesso ao crédito devido à estrutura fundiária/propriedade da terra/regularização das propriedades	8
4.1.2 Limitantes e condicionantes ambientais (código ambiental/código florestal)	8
4.1.3 Expansão da urbanização sobre áreas rurais.....	9
4.2 DISPONIBILIDADES HIDRICAS	9
4.2.1 Incentivo à Hidroponia/Reuso da Água.....	9
4.2.2 Ênfase à Gestão do Solo como Armazenador de Água.....	9
4.2.3 Destaque à Avaliação das Disponibilidades Hídricas Subterrâneas nos Plano de Bacia	9
4.2.4 Políticas Públicas de Incentivo à Construção de Reservatórios de Água	10
4.2.5 Armazenamento de Água em Cisternas	10
4.2.6 Planejamento do Uso da Água nos Limites das Propriedades	10
4.3 INSERÇÃO DA AGRICULTURA IRRIGADA NO PROCESSO DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	10
4.3.1 Incentivo ao Processo de Alocação da Água no Âmbito dos Comitês de Bacia	10
4.3.2 Pagamento pelo Uso da Água como Instrumento a ser Incorporado ao PDAI/DSF	11
4.3.3 Incorporação de Certificações na Cadeia Produtiva.....	11
4.4 ASSISTÊNCIA TÉCNICA	12
4.4.1 Melhoria da Assistência Técnica	12
4.4.2 Valorização do Produtor como Gestor do Agronegócio	13
5 CONSOLIDAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES.....	15
6 RELAÇÃO DOS CONVIDADOS E LISTA DE PRESENÇA	17



1 APRESENTAÇÃO



1 APRESENTAÇÃO

O Plano Diretor da Agricultura Irrigada do Distrito Federal, objeto do Contrato nº 215034 firmado entre a representação do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) no Brasil e a empresa de consultoria Magna Eng. Ltda, contém, entre outros temas, um diagnóstico da situação atual da agricultura irrigada no Distrito Federal e a formulação de cenários quanto ao seu desenvolvimento.

Considerando que o diagnóstico foi realizado com base em dados secundários e informações obtidas em visitas de campo e junto a técnicos do Governo do GDF envolvidos com a produção primária (SEAGRI e EMATER) e o que estabelece o Termo de Referência orientador dos serviços a serem desenvolvidos, foi realizado um seminário para a validação do diagnóstico e para identificar oportunidades e ameaças ao desenvolvimento da agricultura irrigada.

Partindo do princípio de que, além dos técnicos dos órgãos públicos envolvidos com o tema, os maiores conhecedores da realidade do setor primário são aqueles diretamente envolvidos com o tema, optou-se pela realização de um seminário com a participação dos formuladores das políticas da agricultura e dos receptores finais destas políticas, ou seja, representantes de agricultores, técnicos que prestam assistência técnica aos produtores rurais e personalidades conhecedoras de todo o ciclo da agricultura irrigada, incluindo a comercialização dos produtos dela decorrentes.

Este relatório tem como objetivo sintetizar as discussões ocorridas no seminário para que sirvam de subsídio para a construção de cenários futuros e para a formulação da política distrital da agricultura irrigada.



2 ESTRUTURA DO SEMINÁRIO



2 ESTRUTURA DO SEMINÁRIO

Tendo em vista as dificuldades dos convidados contatados em dispor de um dia para participação no seminário, optou por concentrar as atividades no turno da manhã, com conclusão prevista para as 13h e 30min.

A programação desenvolvida encontra-se sintetizada abaixo.

PLANO DIRETOR DA AGRICULTURA IRRIGADA DO DF

SEMINÁRIO DE VALIDAÇÃO DO DIAGNÓSTICO E DE SUPORTE À CONSTRUÇÃO DE CENÁRIOS

PROGRAMA

DATA: 14 DE DEZEMBRO DE 2016

LOCAL: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA

Representação no Brasil

Setor de Habitações Individuais Sul QI 5 – Brasília/DF

71600-500

OBJETIVO:

Dotar o GDF e o MI de informações para a formulação de Políticas Públicas focadas no desenvolvimento sustentável da agricultura irrigada.

PARTICIPANTES:

Informantes qualificados, autoridades e profissionais ligados direta ou indiretamente ao tema Agricultura Irrigada.

PROGRAMA:

08:30 – 09:30 – Abertura e pronunciamentos dos representantes institucionais

09:30 – 10:15 – Síntese dos avanços realizados/Contextualização – Elmar Wagner

10:15 – 10:30 – Intervalo

10:30 – 11:00 – Elementos relevantes internos e externos para a agricultura irrigada no DF - Andrés. T. Vilas

11:30 – 12:30 – Avaliação dos elementos relevantes

12:30 – 13:30 – Apresentação dos resultados/recomendações



3 ELEMENTOS RELEVANTES CONDICIONANTES DO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA



3 ELEMENTOS RELEVANTES CONDICIONANTES DO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA

A partir do diagnóstico da situação da agricultura irrigada no Distrito Federal, foram identificados elementos condicionadores do seu desenvolvimento, de origem interna e externa, que foram caracterizados como “positivos” e “negativos”, conforme indicado no quadro abaixo (Quadro 3.1).

Quadro 3.1: Elementos condicionadores do desenvolvimento da agricultura irrigada

INTERNOS		EXTERNOS	
POSITIVOS	NEGATIVOS	POSITIVOS	NEGATIVOS
Consórcios de produtores	Baixa eficiência da irrigação	Potencialidade dos Mercados Consumidores	Crise Econômica
Tecnologia disponível	Reduzida reservação de água	Crescimento Populacional	Desemprego e Redução de Renda
Rentabilidade elevada	Reduzida mão de obra	Mercados de Insumos Eficientes	Escassez de recursos hídricos
Utilização da irrigação por produtores familiares	Dificuldade de organização da comercialização	Oferta de Tecnologia	Crescente conflito pelo uso da água
Intensificação da irrigação em FLV		Disponibilidade de Solos	Custos dos insumos de produção
		Disponibilidade de Crédito	Legislação ambiental
		Forte Participação do Setor Privado	Regulação fitossanitária
		Associativismo e Cooperativismo Rural	Violência no meio rural
		Disponibilidade de energia	

Estes aspectos foram expostos aos participantes do workshop para avaliação e complementação.

Estabelecidas as discussões e avaliações, os participantes foram demandados a complementar as colocações com o seu conhecimento da situação atual da agricultura irrigada.



4 ELEMENTOS CONDICIONANTES CITADOS PELOS PARTICIPANTES



4 ELEMENTOS CONDICIONANTES CITADOS PELOS PARTICIPANTES

Os participantes manifestaram suas posições verbalmente. As colocações foram agrupadas em 4 (linhas) linhas:

- Condicionantes legais
- Disponibilidades hídricas
- Inserção da agricultura irrigada no processo de gestão de recursos hídricos
- Assistência técnica.

4.1 CONDICIONANTES LEGAIS

Os condicionantes legais citados referem-se às questões fundiárias e sua vinculação ao acesso ao crédito e ao ordenamento decorrente da legislação ambiental e a expansão da urbanização e os seus impactos nas áreas rurais.

4.1.1 Dificuldades de acesso ao crédito devido à estrutura fundiária/propriedade da terra/regularização das propriedades

Segundo colocações de alguns participantes muitos dos ocupantes de áreas rurais produtivas não possuem certificação da propriedade da terra, embora existam ações em desenvolvimento na Sub-secretaria de Regularização e Fiscalização Fundiária (SRF), vinculada à Secretaria de Agricultura do DF.

Em relação à situação fundiária dos imóveis rurais existentes no DF, 63,0% apresentam a condição de posse, 21,0% possuem escritura definitiva e 15,9% são arrendados. Essa situação, principalmente a elevada ocorrência da condição de posse, é resultante das características do processo de ocupação e determina uma série de entraves ao desenvolvimento agrícola do Distrito Federal.

As terras públicas da TERRACAP, localizadas em zona rural, são objeto do convênio de gestão firmado com a Secretaria de Estado de Agricultura e, anteriormente, eram administradas pela extinta Fundação Zoobotânica. Tal convênio objetivou a distribuição para uso das áreas públicas rurais no DF, mediante adesão dos concessionários à observância dos critérios definidos nos planos de utilização dos imóveis concedidos.

Em grande parte, os conflitos fundiários na área rural do Distrito Federal residem nas propriedades rurais da TERRACAP, que carecem de certeza e precisão quanto aos limites divisórios registrados nos cartórios de registro de imóveis e são, por esse motivo, insuscetíveis de serem tituladas definitivamente aos concessionários beneficiados.

4.1.2 Limitantes e condicionantes ambientais (código ambiental/código florestal)

Foram citadas dificuldades decorrentes dos condicionantes ambientais estabelecidos pela legislação. No workshop não foi questionada a legislação e sim as limitações físicas das propriedades quanto ao seu cumprimento, notadamente a recomposição das áreas de preservação permanente e a reserva legal, haja vista que na maioria das propriedades rurais estas áreas são historicamente ocupadas.



4.1.3 Expansão da urbanização sobre áreas rurais

Este fato é observado principalmente nas áreas de cultivos de hortigranjeiros que são situadas no entorno das áreas em vias de urbanização. Os casos mais destacados situam-se nas bacias do rio Descoberto e do rio Pípiripau.

4.2 DISPONIBILIDADES HÍDRICAS

Os estudos existentes no DF no que se refere à disponibilidade hídrica, principalmente o **Plano de Gerenciamento Integrado dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - PGIRH/DF**, indicam balanços hídricos negativos em várias Unidades de Análise Hidrográfica (UAH). Tal fato foi confirmado quando da elaboração do diagnóstico da agricultura irrigada (Relatório Técnico P2).

Dentro desta realidade, as observações dos participantes foram voltadas à racionalização do uso da água, à implantação de sistemas de reservação e à uma adequada avaliação e utilização dos recursos hídricos subterrâneos.

4.2.1 Incentivo à Hidroponia/Reuso da Água

A utilização da hidroponia (cultivo de plantas sem a utilização do solo, obtendo apoio e nutrientes balanceados através de uma solução nutritiva aquosa) ainda é incipiente no cultivo de hortaliças. Considerando que na hidroponia ocorre o reuso da água e a conseqüente redução do consumo, entenderam os participantes da necessidade do incentivo à utilização desta tecnologia.

4.2.2 Ênfase à Gestão do Solo como Armazenador de Água

O solo se constitui em um grande reservatório de água. A adoção do sistema de plantio direto, originalmente, tinha como um dos princípios, a retenção do escoamento superficial e a promoção da infiltração da água no solo através da semeadura em curva de nível e a construção de terraceamento. No entanto, preceitos básicos do sistema de plantio direto tem sido negligenciados, sendo comum a semeadura sem considerar curvas de nível e a não construção de terraços de contenção do escoamento superficial. Como conseqüência, pela não retenção do escoamento superficial, diminui drasticamente a infiltração, reduzindo o armazenamento de água no solo, o que requer repetidamente o suprimento de água via irrigação.

4.2.3 Destaque à Avaliação das Disponibilidades Hídricas Subterrâneas nos Plano de Bacia

As águas subterrâneas, face à progressiva redução das disponibilidade hídricas superficiais, tem sido cada vez mais utilizadas para suprir as demandas de irrigação. Considerando que as investigações sobre a avaliação das reservas subterrâneas tem sido historicamente reduzidas e, conseqüentemente, é desconhecido o potencial e os limites de exploração das reservas, deve-se incorporar nos planos de bacia hidrográfica estudos consistentes sobre as disponibilidades hídricas subterrâneas de forma a evitar a sobre-exploração das reservas.



4.2.4 Políticas Públicas de Incentivo à Construção de Reservatórios de Água

Uma avaliação expedita do potencial de reservação de água no interior das propriedades privadas mostrou que o seu limite já foi atingido. Ou seja, praticamente não restam locais propícios para a implantação de reservatórios no limites das áreas privadas. Consequentemente, o aumento da reservação de água para diversos usos deve se dar em cursos de água de maior porte, nos quais as intervenções somente podem ser efetivadas pelo poder público. Assim, entende-se que no âmbito do PDAI/DF deve-se buscar envolver o poder público no estabelecimento de uma política de reservação de água para múltiplos usos, inclusive a perenização de cursos de água.

4.2.5 Armazenamento de Água em Cisternas

No Distrito Federal as precipitações médias anuais são superiores a 1.100mm. No entanto as precipitações se concentram entre os meses de novembro e fevereiro, sendo que no restante do ano, as precipitações são extremamente reduzidas. Esta característica enseja o armazenamento das águas das chuvas em cisternas, prática antigamente adotada e que deixou de ser utilizada. Volumes de água armazenados em cisternas pode suprir a demanda de irrigação de cultivos (hortigranjeiros) que adotem técnicas de irrigação com baixa demanda de água.

4.2.6 Planejamento do Uso da Água nos Limites das Propriedades

O reuso da água, a adoção de técnicas de cultivo que favoreçam a infiltração de água no solo, a utilização de sistemas de irrigação de alta eficiência, a construção de pequenos reservatórios e de cisternas se constituem em meios de racionalização e minimização das demandas de água para irrigação são ações que podem ser gerenciadas no âmbito dos limites da propriedade. A divulgação e adoção destas tecnologias proporcionam que o irrigante detenha um maior controle das disponibilidades e das demandas de água, permitindo o planejamento de médio prazo das atividades de irrigação.

4.3 INSERÇÃO DA AGRICULTURA IRRIGADA NO PROCESSO DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

Tradicionalmente os cultivos irrigados tem sido vistos como os grandes responsáveis pela geração de conflitos de uso da água. A literatura clássica indica que a irrigação é responsável por cerca de 60% das demandas totais de água. Embora este percentual possa evidentemente ser contestado, não resta dúvida de que a irrigação é a maior demandadora de água.

4.3.1 Incentivo ao Processo de Alocação da Água no Âmbito dos Comitês de Bacia

Normalmente, na elaboração dos processos de planejamento de recursos hídricos (planos de bacia) a agricultura irrigada é considerada como um usuário de importância secundária, mas responsável pelas maiores demandas.

O processo de planejamento normalmente desconhece a capacidade da agricultura como “geradora” de água desde que seja adequadamente conduzida. Tal visão é materializada no programa da Agência Nacional de Águas – ANA no denominado Programa Produtor de Água. Desta forma, entende-se que a agricultura irrigada deve se inserir no processo de gestão de recursos hídricos desde o planejamento do uso e conservação da água, até na discussão do regime de alocação de água quando da ocorrência de situações críticas. Estas decisões ocorrem no âmbito dos Comitês de Bacia, nos quais os irrigantes devem se inserir.



4.3.2 Pagamento pelo Uso da Água como Instrumento a ser Incorporado ao PDAI/DSF

O pagamento pelo uso da água é previsto tanto na Lei Federal nº 9.433/97, quanto na Lei Distrital nº 2.725/2001. Ou seja, em curto prazo, todos os usuários deverão pagar pela água. Tal fato requer que o PDAI/DF incorpore nas suas diretrizes o pagamento pelo uso da água.

4.3.3 Incorporação de Certificações na Cadeia Produtiva

Competitividade no agronegócio requer base tecnológica sustentável, que permita a geração de produtos com preços acessíveis para a conquista cada vez maior de consumidores, aliados à segurança alimentar, ao respeito ao meio ambiente e a padrões socialmente justos.

As palavras de ordem no momento são sustentabilidade e rastreabilidade, que devem ser praticadas sob o ponto de vista ambiental, social e econômico.

À medida que os consumidores se conscientizam dos seus direitos e se tornam mais exigentes quanto à qualidade e segurança do alimento, aos preceitos do ecologicamente responsável e às leis trabalhistas, os produtores e as agroindústrias sentir-se-ão mais pressionados a se ajustar a essas prerrogativas como condição sine qua non para sua sobrevivência no mercado. A tendência é de que os consumidores se tornem mais exigentes a cada ano e que induzam o setor produtivo às adequações necessárias para se tornar mais competitivo.

É nesse contexto de mercado, cada vez mais exigente por produção sustentável e rastreável, que deve ser abordado o tema sobre certificação agropecuária, tendo como foco as certificações oficiais, chanceladas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e acreditadas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro).

A garantia de aquisição de um alimento seguro, com qualidade, é direito do consumidor e um dever a ser cumprido em toda a cadeia produtiva. Os consumidores brasileiros, como um todo, estão mudando os seus hábitos alimentares, seja por conscientização da necessidade de exigir alimentos seguros e saudáveis ou por exigência nutricional e médica.

O cenário mercadológico internacional sinaliza com veemência que existe um movimento de consumidores à procura por alimentos saudáveis e ausentes de resíduos de agroquímicos prejudiciais à saúde. Cadeias de distribuidores e grandes pontos de vendas, principalmente da Comunidade Européia, têm exigido dos exportadores que levem em consideração o nível de resíduos de agrotóxicos, o respeito ao meio ambiente, a rastreabilidade e as condições de trabalho, higiene e saúde dos trabalhadores envolvidos na produção de alimentos.

Deve-se apresentar aos técnicos prestadores de serviços de ater, públicos e privados, e aos produtores irrigantes do Df as formas de certificações agropecuárias oficiais existentes e os procedimentos que os produtores interessados precisam adotar para terem suas produções certificadas por uma delas, visando atingir o reconhecimento do mercado, tanto interno quanto externo, e uma maior agregação de valor ao produto final, com a consequente obtenção de melhores preços no processo de comercialização.

Os selos de conformidade, além de atestarem os produtos originários de Produção Integrada, possibilitam a toda a cadeia consumidora obter informações sobre: (i) procedência dos produtos; (ii) procedimentos técnicos operacionais adotados; e (iii) insumos utilizados no processo produtivo, dando transparência ao sistema e confiabilidade ao consumidor. Todo esse sistema executado garante a rastreabilidade do produto, tendo em vista que este reflete os registros obrigatórios das atividades de todas as fases que envolvem a produção, do plantio, passando pelos procedimentos de colheita e pós-colheita, até a colocação do produto à disposição do consumidor final.



4.4 ASSISTÊNCIA TÉCNICA

A extensão rural pode ser compreendida como um instrumento de política pública agrícola, a exemplo do crédito rural, seguro agrícola, preços mínimos, entre outros. Também pode ser definida como um tipo de prática social, executada por uma organização, que interfere nas relações de produção.

A agricultura conduzida sob regime de irrigação apresenta um dinamismo maior quando comparada com a agricultura tradicionalmente conduzida sob regime de sequeiro, o que permite ao produtor trabalhar com culturas que apresentem maior valor de comercialização, tais como frutas e hortaliças, e atingir mercados mais exigentes e conseqüentemente mais rentáveis.

4.4.1 Melhoria da Assistência Técnica

Para que o produtor irrigante tenha sucesso, é fundamental que a sua atividade esteja inserida em um trabalho efetivo de assistência técnica e extensão rural, com técnicos capacitados, comprometidos e principalmente motivados e conscientes da sua importância para o desenvolvimento econômico e social, não somente do produtor a quem prestam assistência, mas de uma região como um todo.

A assistência técnica deve ter como objetivos:

- promover o desenvolvimento rural sustentável;
- apoiar iniciativas econômicas que promovam as potencialidades e vocações regionais e locais;
- aumentar a produção, a qualidade e a produtividade das atividades e serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive agroextrativistas, florestais e artesanais;
- promover a melhoria da qualidade de vida de seus beneficiários;
- assessorar as diversas fases das atividades econômicas, a gestão de negócios, sua organização, a produção, inserção no mercado e abastecimento, observando as peculiaridades das diferentes cadeias produtivas;
- desenvolver ações voltadas ao uso, manejo, proteção, conservação e recuperação dos recursos naturais, dos agroecossistemas e da biodiversidade;
- construir sistemas de produção sustentáveis a partir do conhecimento científico, empírico e tradicional;
- aumentar a renda do público beneficiário e agregar valor a sua produção;
- apoiar o associativismo e o cooperativismo, bem como a formação de agentes de assistência técnica e extensão rural;
- promover o desenvolvimento e a apropriação de inovações tecnológicas e organizativas adequadas ao público beneficiário e a integração deste ao mercado produtivo nacional;
- promover a integração da ATER com a pesquisa, aproximando a produção agrícola e o meio rural do conhecimento científico; e
- contribuir para a expansão do aprendizado e da qualificação profissional e diversificada, apropriada e contextualizada à realidade do meio rural brasileiro.



4.4.2 Valorização do Produtor como Gestor do Agronegócio

Normalmente o produtor agrícola tem sua visão restrita à sua produção, preocupando-se minimamente com os condicionantes pré e pós plantio/colheita. Ou seja, o produtor não se enxerga dentro da cadeia do agronegócio e, conseqüentemente, não tem visão da importância do elo que ele representa. É necessário que, além de produtor, o irrigante também tenha ingerência nas fases pré e pós colheita e se adapte aos condicionantes estabelecidos pelos mercados de insumos, atacadista e mercados consumidores.



5 CONSOLIDAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES



5 CONSOLIDAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES

Após a conclusão do workshop, a Consultora consolidou as contribuições de forma a inseri-las na formulação dos programas e ações que irão integrar e subsidiar a política distrital da agricultura irrigada, a ser proposta na forma de ante-projeto de lei.

Os programas e ações, bem como a proposta da política distrital da agricultura irrigada, serão apresentados no Relatório P4 - Plano Diretor da Agricultura Irrigada do Distrito Federal.



6 RELAÇÃO DOS CONVIDADOS E LISTA DE PRESENÇA



6 RELAÇÃO DOS CONVIDADOS E LISTA DE PRESENÇA

Na página a seguir é apresentada a relação dos convidados a participar e a Lista de Presença no workshop realizado em 14 de dezembro de 2016.



RELAÇÃO DE CONVIDADOS

Jorge Enock Furquim Werneck Lima – CPAC/Embrapa99977.6057
Maurício Oliveira - MAPA3218.2417
Paulo Afonso Romano..... pa.romano@terra.com.br
Wenceslau Goedert..... wenceslaugoedertdf@gmail.com
Dante Daniel Scolari..... dancolari@gmail.com
Dimas Vital Siqueira Resck dvsresck@cpac.embrapa.br
Ronaldo Trecenti ronaldotrecenti@hotmail.com
Lúcio Taveira Valadão..... luciovaladao@gmail.com
Marcos Brandão Braga..... marcos.braga@embrapa.br
Lineu Neiva Rodrigues lineu.rodrigues@embrapa.br
Hélio Tollini htollini@ruralprosper.com
Hercílio Matos..... hercilio.seagri@gmail.com
Joe Valle presidente da Federação de Agricultura e Pecuária do DF
Ireneu Renato da Silveira ireneutapera@hotmail.com
Felipe Werlang da Silveira..... felipewsilveira@hotmail.com
Fernando Werlang da Silveira ireneutapera@hotmail.com
Rodrigo Werlang.....98426.2885
Marconi - (Emater – PAD/DF) 99970.5832 e 3339.6516
Sandronei Bossa – SEAGRI

EMATER-DF:

Antônio Dantas (escritório central)
Geraldo Magela (escritório do Pipiripau)

ADASA/DF

IBRAM/DF

Secretaria do Meio Ambiente – SEMA/DF

Alessandro Dinis Campo alessandro.ruraltop@terra.com.br
Cláudio Malinski claudiomalinski@coopadf.com.br
Demetrios Christofidis dchristofidis@gmail.com
Eli M. Alcântara emairrigaçãopaisagismo@gmail.com
José Carlos Lopes Azevedo..... hydros@hydros.com.br
João Pereira j-pereira.jp@uol.com.br
Joe Valle j.valle@gmail.com
Horácio F. Juliato..... hfjuliato@gmail.com
Helio Tollini ruralprosper@gmail.com
Lúcio Valadão..... Lucio.valadao@gmail.com
Luis Henrique Bassoi..... Luis.Bassoi@gmail.com
Marco Alexandre Silva André marco.andre@ana.gov.br
Mauricio Carvalho de Oliveira mauricio.oliveira@gmail.com
Maurílio César Cardoso..... maurilio.cardoso@gmail.com
Ricardo Kornelius ricardo.kornelius@gmail.com
Ronaldo Trecenti Ronaldo.trecenti@gmail.com
Rubens Valentini r.valentini@terra.com.br
Washington Silva..... ruralprosper@gmail.com
Aldemir Ferreira Ápio,..... Engenheiro Agrônomo, agricultor no Município de Formosa, BRASPLAN –
Empresa de Planejamento, Projetos e Assistência afapio@gmail.com
telefones: 61.99963.1510; 3642.4480 e 3233.9859.

Workshop: Plano Diretor de Agricultura Irrigada do DF



Data: 14/12/2016

	NOME	INSTITUICAO	EMAIL/TELEFONE	AGRICULTURA
1	ROGÉRIO DEWES	MAGNA ENG.	ROGERIO.DEWES@MAGNAENG.COM.BR	<i>JCS</i>
2	WASHINGTON SILVA	RURAL PROSPER LTDA	washington@ruralprosper.com	<i>Y...</i>
3	HELIO TOLLINI	RURAL PROSPER	htollini@ruralprosper.br	<i>HT</i>
4	ELY M. ALCANTARA	AG ENGENHARIA	agencenhorabunha@gmail.com	<i>ELM</i>
5	JOSÉ CARLOS LOPES DE AZEVEDO	HYDROS IRRIGACAO, DRENAGEM E	HYDROS@HYDROS.COM.BR/3361-3914	<i>JCA</i>
6	EDUARDO V. TRONCOSO	BIOGENESIS PRODUCAO VEGETAL	PAISAGISMO@TRONCOSO@GMAIL.COM	<i>ET</i>
7	Alexandre S. Campos	RURAL TOP COM. AGRICOLA	alexandre.campos@ruraltop.com.br	<i>AC</i>
8	Sônia Ap. G. Bezerra	CDIP / SENIR - MI	sonia.bezerra@integracao.gov.br	<i>SB</i>
9	ANTONIO CARVALHO	DIP / SENIR / MI	antonio.feitoria@integracao.gov.br	<i>AC</i>
10	Jose Volteir	SEAGRI - DF	dima@seagri.df.gov.br	<i>JV</i>
11	FERNANDO MARTINazzo	DPI / SENIR / MI	FERNANDO.MARTINAZZO@INTEGRACAO.GOV.BR	<i>FM</i>
12	RONALDO TRECENTI	VEGON CONSULTORIA	RONALDOTRECENTI@HOTMAIL.COM	<i>RT</i>
13	RONALDO C. TRIACCA	AGROBRASILIA / COOPA-DF	triacca@agrobrasilha.com.br	<i>RT</i>
14	ANDRÉS TRONCOSO VILAS	RURAL PROSPER	atvilas@gmail.com	<i>AT</i>
15	IRENEU RENATO DI SILVA	PAZ, PÉROLA DO SUL	IRENEUTAPER@HOTMAIL.COM	<i>IR</i>
16	Wenceslau Goedert	Autônomo	wenceslaugoedertdf@gmail.com	<i>WG</i>
17	RUBENS VALENTINI	ENINCOULTOR / PAD - DF	r.valekntivi@terra.com.br	<i>RV</i>
18	Paulo Romanos	Instituto Forum do Futuro	pa.romanos42@gmail.com	<i>PR</i>
19				
20				